EMENDA Nº - CCJ
(ao PL nº 2.254, de 2022)

Suprima-se a inserção do inciso VIII, ao § 2º do art. 171 do Código Penal, da redação proposta pelo art. 2º do Projeto de Lei 2254/2022.

JUSTIFICAÇÃO

O tipo de estelionato equiparado de viabilização da utilização de contas bancárias por terceiros para o cometimento de fraude, apesar da nobre intenção de criminalizar de forma autônoma a abertura de contas cedidas a organização criminosa que atua no desvio de recursos financeiros por meio de fraudes contra consumidores, ou para a triangulação e ocultação valores obtidos por meio de golpes e fraudes, a bem da verdade gera conflito aparente de normas penais com o delito do art. 1º da Lei 9.613/1998 (Lavagem de Capitais, com pena de reclusão de três a dez anos).

Entendemos que, pelo princípio da especialidade, o novo crime afastaria a incidência do crime de lavagem de capitais, com graves consequências, como as de afastar as disposições processuais especiais e gerar insegurança jurídica em sua aplicação. Por essa razão, pedimos a supressão do dispositivo e o apoio dos pares para a aprovação da emenda.

Pelos motivos expostos, conto com o apoio dos nobres Pares e com a sensibilidade do Relator da matéria para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,

Senador FABIANO CONTARATO